ISSN: 2358-8829

O LEGADO DE FERNANDO DE AZEVEDO E A CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DEMOCRÁTICA NO BRASIL

Jaíse Maria Santana da Silva[1]
Rayllane de Sousa Lemos Lima [2]
Ynnara Soares Reis[3]

INTRODUÇÃO

Historicamente, a constituição do sistema educacional brasileiro esteve atrelada a arranjos políticos e econômicos voltados à manutenção de privilégios oligárquicos, distanciando as grandes parcelas da população do acesso ao saber sistematizado. No período colonial, a instrução esteve sob a égide da Companhia de Jesus, cumprindo primordialmente um papel de controle ideológico e moral atrelado aos interesses da Coroa Portuguesa, dinâmica essa pormenorizadamente analisada por Azevedo (1963). Esse modelo educacional jesuítico, pautado na *Ratio Studiorum*, moldou as bases de uma elite letrada sob cânones humanísticos clássicos e aristocráticos, tal estrutura acabou por silenciar as demandas das camadas subalternas, desvinculando o ensino de qualquer projeto de emancipação popular ou de desenvolvimento técnico autônomo.

Sob essa premissa, a historiografia da educação evidencia que o controle ideológico exercido pelos jesuítas visava garantir a coesão moral e a submissão dos colonos aos desígnios metropolitanos, obstaculizando a difusão de saberes científicos ou a escolarização básica para as massas. Posteriormente, com a expulsão da Ordem e a introdução das Aulas Régias no período pombalino, buscou-se uma reorganização laica centralizada pelo Estado. Não obstante, conforme problematizam Maciel e Neto (2006), a escassez crônica de recursos materiais e humanos inviabilizou a consolidação desse projeto, resultando em um cenário de profunda fragmentação e estagnação da instrução pública elementar.

[1] Graduanda do Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA (Campus de Lago da Pedra), jaisesantana146@gmail.com;
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, rayllanesousalemos60@gmail.com
[3] Professora orientadora: Mestra em Letras pela Universidade Federal do Maranhão, Professora substituta na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA (Campus Lago da Pedra), prof.ynnarareis@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

Ao avançar para os períodos da Independência e do advento da República, constata-se que o ensino superior se manteve cindido em faculdades isoladas de caráter eminentemente profissionalizante e jurídico, destinadas à formação de elites burocráticas como aponta (Cunha, 2007). Nesse âmbito, as tradicionais faculdades de Direito de São Paulo e Olinda, somadas às escolas de Medicina e Engenharia do século XIX, operavam como eixos de recrutamento para a alta burocracia estatal. Em consonância com as análises de Carvalho (2006) e Sampaio (1991), esse arranjo perpetuou o perfil do "bacharel" e isolou a formação acadêmica das demandas produtivas e científicas da nação.

Aprofundando essa questão, Cunha (2007) argumenta que a própria arquitetura do ensino superior servia como mecanismo de legitimação social e política das oligarquias agrárias ascendentes, que viam no diploma acadêmico o salvo-conduto para o exercício do poder estatal. Consequentemente, a manutenção desse modelo secundário e superior propedêutico gerou um abismo entre a instituição escolar e a realidade socioeconômica do país, cristalizando a distância entre uma minoria culta e a vasta população analfabeta que sustentava a sociedade agrária e escravocrata, diagnóstico amplamente discutido em A cultura brasileira (Azevedo, 1963).

Por outro lado, nas primeiras décadas do século XX, o cenário começou a se reconfigurar. Impulsionados pelo crescimento urbano e pelos primórdios da industrialização, emergiram movimentos intelectuais dedicados à reformulação estrutural do ensino, (Machado, 2023) discute sobre isso em sua tesse de doutorado, analisando como esse crescimento reformulou os movimentos educacionais. A expansão dos centros urbanos, sobretudo no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, a transição para o trabalho livre com a imigração europeia e a eclosão das primeiras manifestações operárias colocaram em xeque a hegemonia agrário-exportadora fundada no latifúndio, (Decca, 1991) expressa o tamanho da expansão social e econômica, se firmando como uma grande potência para novas transformações.

Diante dessa transição histórica, a educação deixou de ser concebida como mera concessão aristocrática para ser alçada ao posto de problema nacional premente, convertendo-se em condição indispensável para a superação do atraso cultural, sanitário e político do país, Pécaut (1990), aborda essa conversão no seu livro “Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação”, discutindo a importância da educação como condição indispensável. É sob esse prisma que teóricos como Fernando de Azevedo passam a defender a expansão escolar não como uma ação caritativa, mas sim como um

imperativo técnico e político de sobrevivência para uma nação em processo de modernização.

Nesse contexto de intensa efervescência cultural, destaca-se a atuação e o pensamento do próprio Fernando de Azevedo. Nascido em São Gonçalo do Sapucaí (MG) em 1894, o jurista, sociólogo, jornalista e educador empenhou sua trajetória na defesa de uma escola pública, laica, gratuita e unificada. Suas primeiras reflexões e conferências públicas já sinalizavam a urgência do despertar cultural do país, amadurecendo ao ponto de compreender que a modernização do Brasil exigia uma transformação pedagógica alicerçada em bases sociológicas e científicas, combinando a perspectiva durkheimiana de coesão social ao escolanovismo progressista de John Dewey,

Essa concepção pedagógico-reformista e a defesa do ensino técnico e profissionalizante foram se delineando em momentos decisivos da história educacional, tais como os ensaios sobre cultura e formação reunidos em "O segredo da renascença e outras conferências" (Azevedo, 1925), o Inquérito de 1926 publicado em O Estado de S. Paulo (Azevedo, 1937), a Reforma da Instrução Pública no Distrito Federal entre 1927 e 1930, que reestruturou inclusive o ensino profissional feminino, como conta Câmara (2013), a publicação de "Novos caminhos e novos fins" (Azevedo, 1958), a elaboração do histórico "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" (1932; Azevedo et al., 2010) e a articulação para a fundação da Universidade de São Paulo em 1934.

Contudo, apesar da indiscutível dimensão histórica de suas contribuições para a construção do pensamento educacional brasileiro, Campos (2001) e Penna (1985) trabalham em suas obras a construção das inúmeras contribuições-chaves para a remodelação do cenário educacional brasileiro no final do século XX e início do século XXI. Machado (2023) aponta que a trajetória e as obras de Fernando de Azevedo vêm sofrendo um visível processo de silenciamento nos debates pedagógicos contemporâneos. Esse ocultamento obscurece o fato de que diretrizes fundamentais da escola pública atual, a exemplo da gratuidade universal e da obrigatoriedade do ensino, resultam das disputas travadas pelos pioneiros da educação nova contra as estruturas oligárquicas e o conservadorismo eclesiástico do período.

Por essa razão, reexaminar o legado azevediano sob o rigor metodológico da pesquisa em história da educação e sob o instrumental da semântica dos tempos históricos e da história intelectual mostra-se uma tarefa indispensável. Esse resgate teórico permite não apenas compreender a atuação da intelligentsia educacional brasileira, mas também

fornecer ancoragem teórica aos educadores que atuam na construção de um ensino democrático e de qualidade social.

Diante desse panorama, o presente estudo justifica-se pela necessidade de investigar os alicerces do pensamento educacional brasileiro e analisar de que modo as propostas de Fernando de Azevedo moldaram a estrutura da educação pública nacional. A partir dos referenciais da História Intelectual de Vieira (2008) e da História dos Conceitos de Koselleck (2006), torna-se possível mapear as permanências, rupturas e disputas de sentido que marcaram a formação da escola pública, lançando luz sobre contradições históricas que ainda repercutem no sistema educacional contemporâneo.

Para alcançar esse intento, o objetivo geral deste artigo consiste em analisar o legado teórico e prático de Fernando de Azevedo na constituição de uma educação pública e democrática no Brasil, investigando suas ações reformistas em interface com o movimento escolanovista. Especificamente, busca-se reconstituir a inserção do autor nas controvérsias educacionais das décadas de 1920 e 1930, examinar o ideário expresso nos Manifestos dos pioneiros da Educação Nova de 1932 e de 1959 e discutir sua concepção de universidade moderna, refletida na fundação da USP e na institucionalização da pesquisa científica desinteressada.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente estudo desenvolveu-se a partir de rigorosos preceitos metodológicos voltados à investigação histórica e historiográfica, estruturando-se de maneira a garantir a consistência analítica indispensável à pesquisa acadêmica de excelência. Sob a perspectiva da natureza da investigação, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e de abordagem qualitativa, fundamentando-se na análise crítica de obras de autoria de Fernando de Azevedo, de documentos históricos, como o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932), e de produções acadêmicas recentes (teses, dissertações e artigos científicos) que discutem sua trajetória e seu pensamento, com os autores Machado (2023); Sônia Câmara (2013); Campos (2001) e Aguiar (2021).

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender em profundidade as ideias pedagógicas, sociológicas e políticas veiculadas pelo autor, cujos significados não se esgotam em mensurações quantitativas, exigindo, portanto, uma interpretação densa dos contextos de enunciação e dos significados sociais de suas proposições, abordagem essa fundamentada por Gil (2019).

ISSN: 2358-8829

Para dar conta da complexidade do objeto proposto, o percurso metodológico estruturou-se em três etapas rigorosamente delineadas e articuladas entre si: (a) levantamento bibliográfico nas bases de dados acadêmicas sobre a produção intelectual de Fernando de Azevedo e sua inserção no campo educacional; (b) leitura exploratória e seletiva de suas principais obras, com ênfase em "A educação pública em São Paulo: problemas e discussões" ([1926] 1937), "Novos caminhos e novos fins" ([1931] 1958) e "A cultura brasileira" ([1943] 1963); e (c) análise interpretativa dos dados à luz da História Intelectual e da História dos Conceitos, buscando correlacionar as propostas reformistas do autor com o contexto político e social da Primeira República e da Era Vargas.

Na primeira etapa, procedeu-se ao mapeamento sistemático da literatura especializada em portais acadêmicos e repositórios digitais, inventariando teses, dissertações e artigos científicos que abordam a trajetória de Fernando de Azevedo e o movimento escolanovista no Brasil, conforme discutido por Machado (2023) e Aguiar (2021). Esse levantamento permitiu identificar lacunas historiográficas e estabelecer o estado da arte em torno do objeto de estudo, fundamentando teoricamente as discussões subsequentes.

Na segunda etapa, o esforço metodológico concentrou-se na leitura exploratória, seletiva e analítica das fontes primárias escritas pelo próprio Fernando de Azevedo. Foram examinadas com minúcia as obras "A educação pública em São Paulo: problemas e discussões" ([1926] 1937), que compila o inquérito coordenado pelo autor no jornal "O Estado de S. Paulo"; "Novos caminhos e novos fins" ([1931] 1958), que sistematiza as diretrizes de sua reforma educacional no Distrito Federal; e "A cultura brasileira" ([1943] 1963), obra de fôlego que traça um panorama sociológico e histórico da formação nacional e educacional do país. Adicionalmente, examinou-se o "Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova" (1932), documento basilar que formalizou o projeto político-pedagógico dos renovadores da educação.

Na terceira e última etapa, os dados e textos selecionados foram submetidos a uma rigorosa análise interpretativa ancorada nos aportes teóricos da História Intelectual e da História dos Conceitos. A História Intelectual permitiu compreender Azevedo não apenas como um autor isolado, mas como um "homem do cultural e do político" inserido em redes de sociabilidade e em disputas de poder dentro do campo intelectual brasileiro.

Por sua vez, a História dos Conceitos, fundamentada nas categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” formuladas por Reinhart Koselleck (2006), subsidiou a análise das alterações semânticas e políticas de noções cardeais do pensamento azevediano, como “educação pública”, “escola única” e “universidade moderna”, correlacionando as propostas reformistas do autor com as profundas transformações e os impasses políticos e sociais vivenciados pelo Brasil entre a Primeira República e a Era Vargas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço teórico que fundamenta o pensamento de Fernando de Azevedo apoia-se em uma perspectiva sociológica na qual a instituição escolar assume o papel de principal alavanca para a transformação e integração social. Conforme observam Machado (2018) e Aguiar (2021), Azevedo, inspirado pelas correntes sociológicas de matriz durkheimiana, que concebem a educação como a socialização metódica das novas gerações, e influenciado pelo escolanovismo pragmático de John Dewey, sustentava que a escola não poderia ser compreendida de maneira isolada de seu contexto histórico-cultural.

Nessa linha, Machado (2023) destaca que, para o autor, o fenômeno educativo não constitui um evento neutro ou estanque, mas um reflexo direto das estruturas sociais, econômicas e culturais que o circundam, exercendo uma função basilar na coesão e na moralização da sociedade.

A matriz teórica durkheimiana exerceu um influxo decisivo sobre a formação intelectual e a práxis pedagógica de Fernando de Azevedo. Como analisa Machado (2018, 2023), Émile Durkheim, ao estabelecer a sociologia da educação como disciplina autônoma, postulou que a educação tem por objetivo principal suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos tanto pela sociedade política em seu conjunto quanto pelo meio especial a que a criança particularmente se destine.

Sob essa ótica, a socialização metódica das novas gerações converte-se no mecanismo por excelência através do qual o ser egoísta e biológico é transformado em um ser social. Azevedo apropriou-se dessa premissa para argumentar que a superação do atraso estrutural brasileiro, historicamente marcado por uma economia agrário-exportadora e por fortes resquícios do regime escravocrata, dependia da implantação de

um sistema público de ensino capaz de homogeneizar culturalmente a população e integrar as parcelas marginalizadas ao processo de modernização urbana e industrial.

Ao fundir a sociologia europeia ao pragmatismo de John Dewey, Fernando de Azevedo concebeu a escola como um laboratório social voltado à aprendizagem prática e crítica. Conforme destaca Câmara (2013), os modelos de escola de trabalho e escola-comunidade por ele defendidos visavam substituir o ensino tradicional memorístico por uma pedagogia ativa baseada na cooperação, na autonomia e no aprendizado democrático.

Como aponta Maria Luiza Penna ao analisar o ideário azevediano:

> "A educação nova [...] não deve servir aos interesses de classes, mas aos interesses dos indivíduos, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, tem o seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação" (Penna, 1985, p. 64).

Essa citação sintetiza a dimensão ético-política da Escola Nova no pensamento de Fernando de Azevedo, demonstrando que ela ultrapassava um modismo pedagógico para figurar como projeto de reconstrução nacional. Como destacam Aguiar (2021) e Machado (2018), Azevedo defendia a profunda integração entre a escola e o meio social, visando preparar os indivíduos para as demandas do capitalismo industrial por meio do desenvolvimento técnico associado a uma sólida formação moral, cívica e solidária.

Para Azevedo, a expansão do ensino consistia em uma exigência imposta pela própria complexidade da sociedade urbana e industrial que emergia no Brasil. A educação passava a ser compreendida, portanto, como um direito inalienável do indivíduo e um dever intransigível do Estado, rompendo com o caráter seletivo e oligárquico que marcou o período imperial e as primeiras décadas republicanas.

Conforme observa Machado (2023), na visão do autor, a negligência histórica em relação à instrução popular havia gerado um abismo intransponível entre as elites letradas e as massas analfabetas, perpetuando uma estrutura social excludente e antidemocrática.

A articulação teórica empreendida por Fernando de Azevedo encontrou expressão máxima na defesa intransigível da escola única e laica. Sob a influência de sua leitura sociológica, a laicidade escolar não representava um ataque à religiosidade, mas uma condição sine qua non para a neutralidade do Estado e para o respeito à pluralidade de crenças em uma sociedade em processo de secularização. Como destaca Machado (2023), a escola pública devia pertencer a todos os cidadãos, desvencilhando-se de dogmatismos

sectários e convertendo-se no cadinho onde se forjaria a unidade nacional e o espírito crítico.

Desse modo, o arcabouço teórico de Azevedo unia indissociavelmente ciência, democracia e educação, postulando, conforme reiterado por Machado (2018, 2023), que somente por meio de uma rede escolar pública, ramificada e integrada desde o jardim de infância até a universidade, o Brasil lograria superar suas amarras tradicionais e alcançar o patamar das nações civilizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A trajetória de Fernando de Azevedo destaca-se pela direta intervenção na vida pública brasileira, articulando reflexão sociológica, atuação política e gestão pública. Recusando o isolamento acadêmico, Azevedo assumiu o papel do intelectual como agente de transformação e vetor de modernização, utilizando a imprensa, inquéritos e cargos governamentais para reestruturar a educação e explicitar as contradições da transição do Brasil rural e oligárquico para a sociedade urbano-industrial.

O primeiro grande marco dessa intervenção sistemática ocorreu no âmbito da grande imprensa, especificamente por meio de sua atuação como articulista do jornal O Estado de S. Paulo, onde coordenou o célebre Inquérito sobre Instrução Pública em 1926, marco historiográfico analisado por Machado (2023). Esse inquérito consistiu em um diagnóstico contundente e pioneiro sobre a realidade educacional paulista e, por extensão, brasileira, coligindo depoimentos de intelectuais, políticos e educadores da época.

Conforme aponta Machado (2023), a investigação revelou com crueza a carência crônica de uma política educacional de caráter sistêmico, a desorganização administrativa dos serviços de ensino, a precariedade das instalações físicas escolares e, sobretudo, a ausência de diretrizes científicas e pedagógicas para a formação das novas gerações. Ao expor publicamente as chagas do sistema educacional vigente, Azevedo desconstruiu o discurso oficial das elites agrárias que apregoavam uma suposta modernidade civilizatória, demonstrando que o analfabetismo generalizado e a negligência escolar constituíam os principais entraves ao desenvolvimento autônomo da nação.

Esse diagnóstico rigoroso encontrou desdobramento prático imediato quando Fernando de Azevedo assumiu a Diretoria-Geral da Instrução Pública do Distrito Federal entre 1927 e 1930. À frente da pasta no Rio de Janeiro, então capital federal, Azevedo implementou a célebre Reforma de 1928, reconhecida pela historiografia educacional como um dos marcos práticos mais importantes da implantação dos ideais escolanovistas

no país. Como demonstra Câmara (2013), a reforma afastou-se do tradicionalismo estéril da escola enciclopédica para estruturar o ensino público em bases amplamente integradas e articuladas, compreendendo desde a escola primária renovada até os cursos complementares, o ensino normal e as escolas profissionais.

O eixo orientador dessa política fundamentava-se nos princípios da escola única, que assegurava a permeabilidade e a continuidade dos percursos formativos para as classes populares, da escola do trabalho, que introduzia o princípio ativo da oficina e da experimentação, e da escola-comunidade, concebida como um centro de irradiação cultural e cívica para os bairros operários.

Contudo, o ápice da articulação político-intelectual do movimento escolanovista e da trajetória de Fernando de Azevedo materializou-se com a redação e a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, documento histórico do qual Azevedo foi o principal redator e o primeiro signatário. Numa conjuntura marcada pelas rupturas políticas inauguradas pela Revolução de 1930, como bem analisa Xavier (2002), o Manifesto postulava a educação não mais como um favor caritativo ou um apêndice burocrático, mas como um problema político central de reconstrução social e de soberania nacional.

O documento exigia, com veemência, a estruturação de um sistema nacional de ensino público, laico, gratuito e obrigatório, assentado sobre pilares até então inéditos na ordem jurídica e institucional do país:

Laicidade: Neutralidade religiosa nas escolas estatais, garantindo a liberdade de crença e o respeito à pluralidade.

Gratuidade: Direito de todos ao ensino gratuito em todos os níveis, sendo um dever estatal assegurá-lo.

Obrigatoriedade: Exigência legal de permanência escolar para crianças e jovens, combatendo o trabalho infantil e garantindo a formação cidadã básica.

Coeducação: Convivência e igualdade de oportunidades entre os sexos no mesmo ambiente escolar, superando preconceitos de gênero.

O impacto político do Manifesto desencadeou intensas reações das facções conservadoras e, em particular, da Igreja Católica, que via na escola pública laica e estatal uma ameaça direta à sua hegemonia ideológica e moral sobre a juventude. As disputas em torno da Assembleia Constituinte de 1933-1934 refletiram esse embate feroz entre os “pioneiros”, defensores do monopólio estatal da educação e da laicidade, e os setores

clericais, que culminou em compromissos constitucionais ambíguos, embora tenha consolidado definitivamente a agenda educacional no centro do debate político nacional.

Paralelamente aos debates sobre a educação básica e secundária, outro desdobramento absolutamente fundamental da atuação de Fernando de Azevedo foi a sua participação incisiva e decisiva na criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, atuando com destaque como relator do projeto de lei institucional que deu origem à magna instituição. Diante de um ensino superior tradicionalmente fragmentado em faculdades profissionais isoladas, voltadas exclusivamente para a diplomação utilitária de bacharéis, médicos e engenheiros, Azevedo defendeu com vigor intelectual que a universidade moderna não deveria limitar-se à reprodução estéril de profissionais liberais.

Nessa perspectiva, como destaca Machado (2023), para o autor, a verdadeira universidade devia constituir-se como o núcleo irradiador da pesquisa científica desinteressada, da alta cultura e da formação do espírito crítico, unindo indissociavelmente o ensino e a investigação científica.

Nesse horizonte institucional e epistemológico, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) representou o marco histórico inaugural da introdução das ciências puras, das humanidades científicas e da formação acadêmica rigorosa em nível superior no Brasil. Ao recrutar missões estrangeiras de professores franceses, italianos e alemães, trazendo nomes consagrados para compor os quadros fundadores, Azevedo e seus pares pretendiam injetar o rigor metodológico internacional na produção intelectual brasileira, formando não apenas os futuros professores para o ensino secundário, mas a própria elite intelectual e científica capaz de pensar o país de maneira sistemática.

Portanto, a análise integrada da trajetória, das reformas, dos manifestos e da ação universitária de Fernando de Azevedo evidencia que seu legado ultrapassa largamente a mera transposição de teorias estrangeiras. Trata-se de um projeto autóctone de modernização intelectual e institucional que buscou dotar o Brasil das ferramentas científicas e democráticas indispensáveis à construção de uma sociedade aberta, laica e igualitária, cujos ecos e contradições permanecem vivos e fundamentais para a compreensão dos rumos da educação brasileira contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu evidenciar com profundidade a magnitude histórica, teórica e política do legado de Fernando de Azevedo para a consolidação da educação

pública, laica, gratuita e democrática no Brasil. Através de sua incansável produção teórica, de sua atuação direta à frente de reformas estruturantes e de sua liderança incontestável no movimento escolanovista, Azevedo demonstrou com clareza premonitória que a superação do atraso cultural, econômico e social do país dependia impreterivelmente da democratização radical do acesso ao saber, da reestruturação científica da carreira docente e da assunção da instrução pública como dever intransigível do Estado.

Longe de ser um mero espectador dos acontecimentos de sua época, o autor configurou-se como um verdadeiro arquiteto da modernidade pedagógica nacional, articulando a sociologia de matriz durkheimiana com o pragmatismo deweyano para forjar um projeto de reconstrução nacional fundado na justiça social e na laicidade das instituições.

A pesquisa revela que a práxis de Fernando de Azevedo articulou-se em frentes decisivas para a história da educação brasileira. Sua atuação abrangeu desde o diagnóstico crítico no Inquérito de 1926 (O Estado de S. Paulo) e a aplicação dos princípios da escola única, do trabalho e da comunidade na Reforma do Distrito Federal (1927-1930), até a redação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), elevando a educação a uma pauta política central. Além disso, Azevedo foi determinante na criação da Universidade de São Paulo (1934) e de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, rompendo com o utilitarismo profissionalizante ao institucionalizar a pesquisa científica e a alta cultura como pilares do desenvolvimento intelectual autônomo do país.

Conclui-se, portanto, que o pensamento azevediano não apenas marcou o seu tempo histórico, mas mantém plena e urgente atualidade frente aos complexos impasses educacionais contemporâneos. Em um cenário marcado por constantes investidas contra o caráter público, laico e democrático do ensino, bem como pela precarização sistemática das condições de trabalho e formação docente, revisitar as formulações dos pioneiros e, em especial, a obra de Fernando de Azevedo, constitui um exercício intelectual e político imprescindível.

Resgatar e analisar criticamente sua trajetória não se configura apenas como uma erudição voltada para o passado, mas como um compromisso ético e militante com a defesa intransigível da escola pública de qualidade social para todos os cidadãos, reafirmando que o direito à educação pública, laica e gratuita é uma conquista histórica fundamental que demanda permanente vigilância, aprofundamento e defesa intransigível.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Fernanda Godinho de Souza. **A educação profissional abordada em escritos de Fernando de Azevedo (1894-1974).** 2021. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) — Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Belo Horizonte, 2021.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1963.

AZEVEDO, Fernando de. **A educação pública em São Paulo: problemas e discussões (Inquérito para O Estado de S. Paulo em 1926)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1926] 1937.

AZEVEDO, Fernando de. **Novos caminhos e novos fins: a nova política de educação no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, [1931] 1958.

AZEVEDO, Fernando de. **O segredo da renascença e outras conferências**. São Paulo: Comp. Melhoramentos, 1925.

CÂMARA, Sônia. **Reinventando a escola: o ensino profissional feminino na Reforma de Fernando de Azevedo de 1927 a 1930.** Rio de Janeiro: Quartet, FAPERJ, 2013.

CAMPOS, Fernando Antônio de. **O pensamento educacional de Fernando de Azevedo.** São Paulo: Cortez, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na república velha.** 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930.** 13. ed. São Paulo: Atual, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro do passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MACHADO, Breno Pereira. **Fernando de Azevedo e o conceito de educação pública no Brasil.** 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, 2018.

MACHADO, Breno Pereira. **Fernando de Azevedo e o conceito de Universidade (1926-1954).** 2023. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, 2023.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shigunov. **A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, set./dez. 2006.

MANIFESTOS dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959). In: AZEVEDO, Fernando de et al. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959).** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação.** São Paulo: Ática, 1990.

PENNA, Maria Luiza. **A educação em Fernando de Azevedo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAMPAIO, Helena. **O ensino superior no Brasil: o setor privado.** São Paulo: Hucitec/NUPES, 1991.

VIEIRA, Carlos Eduardo. I**ntelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual**. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 63-86, jan./abr. 2008.

XAVIER, Libânia**. Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).** Bragança Paulista: EDUSF, 2002.